



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003519-12.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **Regina Aparecida Bertazini Aguilar**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que possui linha telefônica junto à ré com plano pré-pago.

Alegou ainda que não obstante a ré passou a emitir-lhe faturas relativas ao plano Vivo Controle Ilimitado, refutando que o tivesse celebrado.

Já a ré em genérica contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora.

Como esta negou ter firmado o contrato pertinente ao plano que lhe foi cobrado, tocava à ré demonstrar o contrário na esteira do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, não se podendo olvidar também que seria inexigível da autora comprovar fato negativo.

A ré, porém, não se desincumbiu desse ônus porque não amealhou o contrato impugnado a fl. 01.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, torna de rigor o acolhimento da pretensão deduzida, nada justificando as cobranças lançadas pela ré ou a emissão de faturas quando a autora possui linha telefônica em plano pré-pago.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade dos débitos descritos a fl. 01, bem como de outros cobrados da autora sob o mesmo fundamento (plano Vivo Controle Ilimitado), e para determinar que a ré se abstenha de emitir novas faturas em nome da autora relativamente à linha nº (16) 99627-4142, contratada sob o plano pré-pago.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Torno definitiva a decisão de fls. 10/11, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**